|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **EDITAL** | | | |
| **Pregão Eletrônico nº 24/2016** | | **Data de abertura: 11/05/2016 às 14h**  no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) | |
| **TC 028.669/2015-0** | **SRP?**  Sim  Não | **Exclusiva ME/EPP?**  Sim  Não | **Reserva de quota ME/EPP?**  Sim  Não |
| **Objeto:** Contratação de serviços na plataforma SOLR | | **Decreto 7.174?**  Sim  Não | **Margem de preferência?**  Sim  Não |
| **Valor total estimado**  **R$ 943.616,00** | | **Vistoria?**  Obrigatória  Facultativa  Não se aplica | **Amostra/Demonstração?**  Sim  Não  *Prova de conceito conforme seção XIV.* |
| **Prazo para envio da proposta/documentação:**  2 (duas) horas após a convocação do pregoeiro. | |
| **Pedidos de esclarecimentos**  Até 06/05/2016 para o endereço [cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br) | | **Impugnações**  Até 09/05/2016 para o endereço [cpl@tcu.gov.br](mailto:cpl@tcu.gov.br) | |
| **Documentação de habilitação** (*Veja Seção XII*) | | | |
| **Requisitos básicos**   1. Sicaf 2. Certidão CNJ 3. Consulta CEIS 4. Índices de liquidez superiores a 1 (LG, LC, SG) **ou** Patrimônio Líquido superior a R$ 94.361,60 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT | | **Requisitos específicos**   1. Atestado de capacidade técnica que comprove execução de projetos na Plataforma SOLR, trabalhando em bases textuais de 1.000.000 de registros e média de 500.000 acessos mensais. | |
| **Item 1** | | | |
| **Adjudicação global**  Contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR | | | |
| Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do TCU pelo endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “30001”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br), opção **Licitações e contratos do TCU**. | | | |

**Referência para elaboração das propostas – Anexo I**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição | Unidade | Qtde. Estimada | Valor unitário estimado | Valor total anual estimado |
| 1 | Desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR. | Unidade de Serviço Técnico por Ano | 3.200 | R$ 294,88 | **R$ 943.616,00\*** |

**\*Referência para propostas no Comprasnet**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

### DIRETORIA DE LICITAÇÕES

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2016

O **Tribunal de Contas da União - TCU** e este **Pregoeiro**, designado pela Portaria Segedam n.º 01, de 04 de janeiro de 2016, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n.º 10.520/2002,** do **Decreto n.º 5.450/2005**, da **Lei Complementar n.º 123/2006** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

# DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

**DIA: 11 de maio de 2016**

**HORÁRIO: 14h (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**CÓDIGO UASG: 30001**

# SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR, conforme apresentado na tabela abaixo e detalhado nas especificações técnicas e condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Quantidade Estimada Anual** |
| 1 | Desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR. | Unidade de Serviço Técnico | 3.200 |

* 1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

# SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A despesa total anual com a execução do objeto desta licitação é estimada em R$ 943.616,00 (novecentos e quarenta e três mil seiscentos e dezesseis reais), conforme o orçamento constante do Anexo I – Termo de Referência.

# SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. Poderão participar deste **Pregão** os interessadosque estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
   1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
   2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. Não poderão participar deste **Pregão:**
   1. empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TCU, durante o prazo da sanção aplicada;
   2. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
   3. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
   4. empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
   5. empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
   6. quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
      1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
   7. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
   8. empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão;**
   9. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
   10. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
   11. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

# SEÇÃO IV – DA VISTORIA

1. Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria do local de realização do serviço.

# SEÇÃO V – DA PROPOSTA

1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor **global anual da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
   2. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
   3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
   4. A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
   5. A **licitante** apta ao exercício do direito de preferência estabelecido no Decreto n.º 7.174/2010 deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos previstos na legislação.
   6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.
2. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
   1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
   2. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
3. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
   1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

# SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
3. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

# SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

# SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
6. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
7. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes,** os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
8. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
9. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo **Pregoeiro**, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
10. Decorrido o prazo fixado pelo **Pregoeiro**, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

# SEÇÃO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
   1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;
      1. Caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.
   2. não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
   3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
   4. a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;
   5. na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

# SEÇÃO X – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

1. Este **Pregão** submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto n.º 7.174/2010.
2. O exercício do direito de preferência disposto no Decreto n.º 7.174/2010 será concedido após o encerramento da fase de lances, observando-se, nesta ordem, os seguintes procedimentos:
   1. aplicam-se as regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas na Seção IX deste Edital;
   2. não ocorrendo a contratação na forma da subcondição anterior, aplicam-se as regras de preferência previstas no art. 5º do Decreto n.º 7.174/2010, com a classificação das **licitantes** cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;
   3. convocam-se as **licitantes** para exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV art. 8º do Decreto n.º 7.174/2010;
   4. não ocorrendo a contratação na forma da subcondição anterior, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

# SEÇÃO XI – DA NEGOCIAÇÃO

1. O **Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
   1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

# SEÇÃO XII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

1. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo V – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.
   1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro.**
      1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Pregão e Cotação Eletrônica do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 04, lote 1, Anexo I, sala 103, CEP 70042-900, Brasília-DF.
   2. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
2. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
   1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
   2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
   3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
   4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
      1. Caso o valor da proposta seja inferior a 70% (setenta por cento) do valor total estimado para a contratação, a **licitante** deverá comprovar a sua exequibilidade.
         1. A exequibilidade da proposta deverá ser comprovada por meio da indicação de contratos firmados entre a **licitante** e pessoa jurídica de direito público ou privado cujo objeto seja a prestação de serviços de natureza similar aos descritos no objeto deste Edital, obrigatoriamente em Plataforma SOLR, em que os serviços tenham sido prestados com qualidade e não tenham ensejado a aplicação de sanções, e o valor contratado tenha sido igual ou inferior ao constante da proposta apresentada pela **licitante** no presente **Pregão**.
            1. Para execuções em anos anteriores, será aplicada a correção pelo IPCA do período, com vistas à avaliação da exequibilidade.
         2. Caso, após análise das informações, fique caracterizada a inexequibilidade da proposta apresentada, considerando os padrões de qualidade esperados pelo TCU e espelhados neste Edital por meio dos níveis mínimos de serviço estabelecidos, a proposta será desclassificada.
   5. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

# SEÇÃO XIII – DA HABILITAÇÃO

1. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do Sicaf (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.
2. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências.
3. Realizada a habilitação parcial no Sicaf, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Condição 4 da Seção III – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:
   1. Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;
   2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
   3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).
4. As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.
5. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das **licitantes** será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:
   1. comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;
   2. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
   3. atestado ou declaração de capacidade técnica que comprove ter a **licitante** efetivamente executado projetos na Plataforma SOLR, de forma satisfatória, para pessoa jurídica de direito público ou privado, trabalhando com bases de dados textuais de pelo menos 1.000.000 (um milhão) de registros e média de, no mínimo, 500.000 (quinhentos mil) acessos mensais.
      1. O atestado ou declaração de capacidade técnica apresentado deve, de preferência, conter nome (razão social), CNPJ e endereço completo do emissor e da **licitante**, características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do documento, conforme modelo constante do Anexo IX.
      2. Não serão aceitos atestados ou declarações emitidas pela própria **licitante** ou por empresa privada pertencente ao mesmo grupo empresarial da **licitante**.
         1. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da **licitante**: empresas controladas ou controladoras, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da **licitante**.
6. O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.
7. Os documentos que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços indicada na Condição 28, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, no mesmo prazo estipulado na mencionada condição.
   1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro.**
      1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Pregão e Cotação Eletrônica do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 04, Lote 1, Anexo I, sala 103, CEP 70042-900, Brasília-DF.
   2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
   3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
   4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
   5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
   6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
      1. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
      2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.
   7. A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.
8. Se a proposta não for aceitável, se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a prova de conceito for rejeitada, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
9. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

# SEÇÃO XIV – DA PROVA DE CONCEITO

1. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** será convocada para executar prova de conceito, conforme as regras estabelecidas no item 6 do Anexo I – Termo de Referência.
   1. Não será aceita a proposta da **licitante** que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas em anexo.

# SEÇÃO XV – DO RECURSO

1. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
   1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.
   2. O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
   3. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
2. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do TC 028.669/2015-0 franqueada aos interessados.
3. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.
4. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

# SEÇÃO XVI – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.
2. A homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União.
3. O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante vencedora**.

# SEÇÃO XVII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

1. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
   1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante** **vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante** **vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TCU.
3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.
4. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

# SEÇÃO XVIII – DAS SANÇÕES

1. A **licitante** ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
   1. cometer fraude fiscal;
   2. apresentar documento falso;
   3. fizer declaração falsa;
   4. comportar-se de modo inidôneo;
   5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
   6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
   7. não mantiver a proposta.
2. Para os fins da subcondição 51.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

# SEÇÃO XIX – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@tcu.gov.br](file:///F:\SanDiskSecureAccess\SEE\MEUS_PROCESSOS_2014\018.335-2014-4\cpl@tcu.gov.br), até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.
2. O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@tcu.gov.br](file:///\\_sarq_prod\unidades\SELIP\DIMAT\DILIC%202009\SEE\Elaboração%20de%20Editais\x%20Editais%20Padronizados\Edital%20padrão%20Portaria%201%20de%20julho%20de%202009\cpl@tcu.gov.br).
5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

# SEÇÃO XX – DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
   1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.
   2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
2. É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
   1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.
4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
5. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.
6. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.
7. Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TCU, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

# SEÇÃO XXI – DOS ANEXOS

1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
   1. Anexo I – Termo de Referência;
   2. Anexo II – Prazos Máximos para Contagem Estimativa, Planejamento e Execução dos Serviços (em dias úteis);
   3. Anexo III – Níveis Mínimos de Serviço;
   4. Anexo IV – Ambiente Computacional;
   5. Anexo V – Modelo de Proposta de Preços;
   6. Anexo VI – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança Vigentes;
   7. Anexo VII – Declaração de Ciência do Termo de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes;
   8. Anexo VIII – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
   9. Anexo IX – Tabela de UST – Unidade de Serviço Técnico para Plataforma SOLR;
   10. Anexo X – Modelo de Ordem de Serviço;
   11. Anexo XI – Modelo de Termo de Recebimento Provisório;
   12. Anexo XII – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo;
   13. Anexo XIII – Minuta do Contrato;
   14. Anexo XIV – Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia de Execução Contratual.

# SEÇÃO XXII – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília, 20 de abril de 2016.

Leonardo Anthony C. de A. B. Soares

**Pregoeiro**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR, conforme apresentado na tabela abaixo e detalhado nas especificações técnicas e condições constantes deste Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade Estimada Anual |
| 1 | Desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR. | Unidade de Serviço Técnico | 3.200 |

1. Orçamento estimativo
   1. Da Unidade de medida UST (Unidade de Serviço Técnico)

É a unidade de métrica adotada na presente licitação. Consiste na “moeda” usada para dimensionar todas as atividades que serão demandadas pela CONTRATANTE, no escopo de cada Ordem de Serviço. A contratação será em volume de UST anual e a licitação resultará na oferta do valor de uma UST.

O Anexo IX apresenta a relação de procedimentos passíveis de contratação em cada Ordem de Serviço, bem como o valor de cada um em termos de UST. No ato da elaboração da Ordem de Serviço, previamente à efetiva execução, os serviços serão discriminados e o seu valor será calculado em USTs, observando-se os quantitativos de USTs previstos naquele Anexo. O pagamento será realizado com base no número de USTs definido a priori na Ordem de Serviço, desde que o serviço tenha sido efetivamente realizado.

O valor de cada procedimento passível de contratação, em valores de UST, previsto no Anexo IX, não será alterado durante a fase de execução contratual, salvo nos casos de evidente inadequação à realidade fática, e em comum acordo entre as partes, firmado em Aditivo Contratual.

Novos procedimentos passíveis de contratação podem ser acrescentados à relação do Anexo IX, desde que estejam previstos no escopo da contratação e haja comum acordo entre as partes, também firmado em Aditivo Contratual.

* 1. Valor estimativo da contratação

O valor total estimado para esta contratação para o período de 1 (um) ano é de R$ 943.616,00 (novecentos e quarenta e três mil seiscentos e dezesseis reais), conforme tabela abaixo.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição | Unidade | Qtde. Estimada | Valor unitário estimado | Valor total anual estimado |
| 1 | Desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR. | Unidade de Serviço Técnico por Ano | 3.200 | R$ 294,88 | R$ 943.616,00 |

1. Requisitos do Objeto
   1. Especificação técnica
      1. O objeto abrange os serviços de desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR.
      2. Desenvolvimento refere-se à criação de funcionalidades inéditas para a plataforma SOLR do TCU, como, por exemplo, a construção de novas bases de dados e utilização de PLUGINS e novas funcionalidades da ferramenta.
      3. Manutenção evolutiva refere-se à modificação ou adição de funcionalidades a componentes já existentes na plataforma, seja para alterar a forma de uso, seja para garantir-lhes o contínuo funcionamento em caso de alterações da plataforma SOLR.
      4. A manutenção corretiva trata da resolução de problemas de funcionamento detectados em componentes existentes, e não será tarifada pela CONTRATADA em relação a componentes por ela desenvolvidos ou evoluídos.
      5. Serviços de performance são os voltados a adequar as configurações da plataforma SOLR (*software* e *hardware* virtual adjacente) para que os componentes em execução na plataforma apresentem o melhor desempenho possível.
      6. Os serviços de customização e parametrização abrangem todas as configurações e adequações necessárias a um componente para que funcione em harmonia com os demais componentes da plataforma.
      7. Testes e implantação constituem a parte final dos serviços anteriores e se prestam a garantir que as funcionalidades entregues pela CONTRATADA sejam efetivamente implantadas e postas em funcionamento por ela nos ambientes (desenvolvimento, aceite e produção) do TCU.
   2. Qualificação técnica dos profissionais da CONTRATADA
      1. Os profissionais designados pela CONTRATADA para compor a equipe técnica deverão possuir os perfis e qualificações especificados abaixo.

Especialistas em desenvolvimento na Plataforma SOLR:

1. graduação em curso de nível superior na área de Tecnologia da Informação; ou conclusão de qualquer curso de nível superior acompanhado de certificado de curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 360 (trezentos e sessenta) horas;
2. experiência em desenvolvimento de soluções na Plataforma SOLR, a ser comprovada por atestados de participação em projetos usando a referida tecnologia.
   * 1. A comprovação da formação e experiência dos profissionais deverá ser realizada por meio da entrega dos seguintes documentos: cópia de certificados de conclusão de curso emitidos por entidades de ensino reconhecidas pelo MEC, declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional prestou serviço para a instituição (indicando projetos, principais atribuições e período de tempo).
     2. A comprovação poderá ser realizada com base em trabalhos efetuados em mais de uma instituição.
     3. Não serão aceitas declarações emitidas pela própria CONTRATADA ou por empresa privada pertencente ao mesmo grupo empresarial da CONTRATADA. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da CONTRATADA: empresas controladas ou controladoras, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da CONTRATADA.
     4. A documentação referente à equipe que irá atuar no início do contrato deverá ser entregue na reunião inicial, conforme especificado no item 4.6.2 deste Termo de Referência.
     5. Em caso de substituição de qualquer profissional designado para exercer um dos papeis previstos neste Termo de Referência ou ingresso de novo profissional, a CONTRATADA deverá encaminhar a documentação comprobatória de qualificação até 2 (dois) dias antes do início das atividades do profissional.
     6. A não comprovação da qualificação desses profissionais nos prazos previstos neste Termo de Referência pode caracterizar inexecução parcial ou total do contrato.
3. Modelo de Execução do Objeto
   1. Solicitação, execução e acompanhamento de serviços
      1. Todos os prazos em dias são contados como dias úteis exceto onde expressamente dito o contrário. Serão considerados úteis os dias assim definidos no calendário oficial do Tribunal considerando sua sede em Brasília-DF. Os prazos contam-se descartando-se o dia inicial e incluindo-se o dia final.
      2. Ao executar um serviço, a CONTRATADA deve seguir os padrões de desenvolvimento, design e documentação determinados pelo TCU.
      3. Durante a vigência do contrato, os padrões de desenvolvimento, design e documentação poderão sofrer atualizações a critério do TCU. Os padrões alterados serão exigidos apenas nos serviços demandados após a devida comunicação feita à CONTRATADA.
      4. O ambiente de desenvolvimento atualmente utilizado no TCU está descrito no Anexo IV do Edital.
      5. A CONTRATADA é responsável por corrigir, às suas expensas, os serviços que apresentem qualquer problema decorrente de incompatibilidades de *hardware* e *software* entre seu ambiente de desenvolvimento e o ambiente de desenvolvimento do TCU.
      6. Os prazos para planejamento e execução da OS estão descritos no Anexo II.
   2. Fluxo de execução e acompanhamento para os serviços objeto deste contrato
      1. Será utilizado o instrumento de Ordem de Serviço (OS) como meio de formalização de demanda à CONTRATADA para serviços relativos ao objeto deste contrato. A OS servirá também para o acompanhamento do nível dos serviços prestados.
      2. A fiscalização do contrato emitirá minuta de OS contendo a descrição geral do serviço a ser executado, o seu custo em termos de UST e o local de execução dos serviços (nas dependências da CONTRATANTE ou da CONTRATADA) e a encaminhará a CONTRATADA.
      3. A CONTRATADA fará a o planejamento da execução, conforme prazos estabelecidos no Anexo II e o encaminhará à fiscalização do contrato.
      4. O TCU poderá, a seu critério exclusivo, aprovar planejamento que não siga os prazos previstos no Anexo II.
      5. A fiscalização do contrato atualizará a minuta de OS com os prazos de execução, assinará a minuta de OS e fará o encaminhamento para assinatura do especialista da CONTRATADA.
      6. A CONTRATADA será responsável por agendar as reuniões necessárias para execução da OS, bem como por elaborar e encaminhar ata dessas reuniões para os participantes em até 3 (três) dias úteis após sua realização. A fiscalização do contrato deverá indicar quem são as pessoas a serem convidadas para as reuniões.
      7. A CONTRATADA deverá executar os serviços detalhados na Ordem de Serviço.
   3. Avaliação dos Serviços
      1. Todo produto entregue pela CONTRATADA no contexto da execução de uma OS será submetido à avaliação do TCU.
      2. A ocorrência de defeitos que comprometam o entendimento ou funcionamento do produto ou que configurem não observância de modelos e padrões técnicos especificados neste Termo de Referência e demais anexos implicará o seu rejeite. Apenas produtos sem identificação de defeitos serão considerados aceitos.
      3. Embora deva apontar erros ou defeitos que levaram ao rejeite, o TCU não tem a obrigação de indicar todos os erros ou defeitos dos produtos que foram entregues. Cabe à CONTRATADA efetuar os testes e revisões de qualidade nos produtos antes da entrega.
   4. Recebimento da OS
      1. Após a entrega de todos os produtos, a CONTRATADA deverá elaborar minuta do Termo de Recebimento Provisório contendo a relação de produtos entregues. Após comprovação da entrega dos produtos relacionados, a fiscalização do contrato confeccionará e assinará o Termo de Recebimento Provisório a partir da minuta fornecida pela CONTRATADA.
      2. Caso algum produto seja rejeitado, o resultado da avaliação será comunicado à CONTRATADA por meio de laudos de avaliação de produtos, onde serão registrados os defeitos encontrados.
      3. Em caso de rejeite de produto, a CONTRATADA deverá fazer as correções cabíveis e reapresentar o produto.
      4. O tempo consumido com correção de produtos rejeitados deve compor o tempo total de execução dos serviços para fins de aferição do prazo de execução da OS. O tempo consumido nas avaliações de produtos pelo TCU não deve ser computado para fins de aferição do nível de serviço.
      5. A CONTRATADA deverá elaborar minuta do Termo de Recebimento Definitivo da OS, conforme modelo a ser fornecido pelo TCU.
      6. Após o recebimento da minuta do Termo de Recebimento Definitivo da OS e recebimento de todos os produtos, o TCU assinará o Termo de Recebimento Definitivo contendo o Valor Final da OS e formalizando o seu recebimento. O Valor Final da OS é calculado segundo fórmula apresentada no item 5 deste Anexo.
   5. Cancelamento de Ordem de Serviço
      1. Caso o TCU solicite o cancelamento da execução de determinada OS, os itens da ordem de serviço contratados e efetivamente realizados pela CONTRATADA até o momento do cancelamento serão remunerados, desde que efetivamente concluídos, entregues e homologados. Itens de ordem de serviços não iniciados ou não concluídos, mesmo que em andamento, não serão remunerados.
      2. O TCU pode cancelar itens específicos de serviços contratados em Ordem de Serviço, desde que não tenham sido concluídos, não cabendo à CONTRATADA qualquer remuneração sobre eles. Nesse caso, os itens remanescentes devem ser concluídos pela CONTRATADA, cabendo a devida remuneração sobre eles.
      3. O TCU pode cancelar uma OS por completo, caso o atraso acumulado na sua execução seja superior a 20 (vinte) dias úteis da previsão para execução do serviço. Nesse caso, a CONTRATADA fica desobrigada de entregar os itens serviços especificados na OS e não fará jus a qualquer pagamento pela execução total ou parcial de qualquer item de serviço constante dessa Ordem de Serviço, ficando ainda sujeita às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.
   6. Atividades preparatórias para o início do contrato
      1. Após a assinatura do contrato, o TCU convocará a reunião inicial para alinhamento de expectativas contratuais, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do contrato. A reunião deverá contar com a participação, no mínimo: de técnico(s) designado(s) pelo TCU, do Representante Legal da CONTRATADA e da equipe de profissionais indicados para compor a equipe técnica.
      2. A pauta da reunião inicial do contrato deverá contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:
4. apresentação dos participantes;
5. entrega, por parte da CONTRATADA, do termo de compromisso contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TCU, conforme modelos constantes nos Anexos VI e VII, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA e profissionais indicados para compor a equipe técnica;
6. indicação e apresentação dos documentos comprobatórios da qualificação profissional da equipe especificada no item 3.2 deste Termo de Referência;
7. outros esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato.
   * 1. A CONTRATADA deverá realizar as seguintes atividades preparatórias:
8. formalizar a indicação de Representante Legal da CONTRATADA e substituto eventual para a coordenação dos serviços e gestão administrativa do contrato;
9. fornecer número de telefone de ligação local (DDD 61) ou discagem gratuita para comunicação de abertura de incidentes de produtos em garantia mesmo fora do horário de funcionamento do TCU ou em casos de indisponibilidade da ferramenta de gestão de chamados;
10. indicar endereço eletrônico para o recebimento de notificações e comunicações a respeito da execução do contrato.
    * 1. A não realização, por parte da CONTRATADA, das atividades preparatórias em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato configura inexecução total do contrato, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas no contrato.
    1. Método de quantificação dos serviços
       1. A métrica a ser utilizada para dimensionar os serviços do objeto do contrato é Unidade de Serviço Técnico (UST), conforme estipulado pelo Anexo IX.
       2. Os valores definidos em UST, previstos no Anexo IX, não são passíveis de negociação no ato de Abertura de cada Ordem de Serviço. Eventuais negociações entre CONTRATADA e CONTRATANTE devem se restringir apenas à identificação de que procedimentos estão sendo demandados em cada Ordem de Serviço.
    2. Confidencialidade das informações
       1. A CONTRATADA deve manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do TCU ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.
       2. A CONTRATADA e profissionais envolvidos na execução do contrato devem assinar, antes do início dos serviços, termo de compromisso, conforme modelos indicados nos Anexos VI e VII.
    3. Boas Práticas Relativas à Segurança da Informação
       1. A CONTRATADA, na execução dos serviços contratados, deverá observar boas práticas relativas à segurança da informação, especialmente as indicadas nos normativos internos do TCU em todas as atividades executadas durante o ciclo de desenvolvimento das aplicações. Na reunião inicial do projeto a CONTRATADA receberá cópias desses normativos.
       2. A CONTRATADA deve providenciar cópia para todos os profissionais alocados na execução dos serviços da Política Corporativa de Segurança da Informação do TCU e das demais normas disponibilizadas pelo Tribunal, bem como zelar pela observância dessas normas.
       3. A CONTRATADA deve solicitar aos seus profissionais alocados na execução dos serviços a assinatura de declaração de ciência das normas de segurança vigentes, de acordo com modelo indicado no Anexo VII.
    4. Local de Execução
       1. As Ordens de Serviço indicarão os locais de execução de cada item de serviço.
       2. As reuniões entre as partes serão realizadas nas dependências do Tribunal de Contas da União, em Brasília-DF.
       3. Os serviços prestados no TCU ocorrerão no horário de funcionamento do Tribunal (dias úteis das 8 h às 20 h), salvo nas situações explicitamente definidas neste Termo de Referência.
       4. Serviços que exijam a interrupção do ambiente de Produção deverão ser executados fora do horário de funcionamento do Tribunal.
    5. Níveis mínimos de serviço
       1. A presente contratação possui mecanismos que possibilitam ao TCU remunerar a CONTRATADA na medida do cumprimento dos níveis de serviço, de forma a assegurar que os pagamentos sejam vinculados aos resultados entregues.
       2. Para cada Ordem de Serviço entregue será calculado o fator de cumprimento do nível de serviço. O Anexo III apresenta os indicadores de nível de serviço a serem observados.
       3. O alcance do nível mínimo de serviço estabelecido no contrato terá fator de cumprimento igual a 100%. Caso não seja atingido, o fator será menor que 100%, conforme o nível de serviço alcançado.
    6. Medidas de Sustentação
       1. A CONTRATADA deve, ao término de cada Ordem de Serviço, repassar para os técnicos da CONTRATANTE todos os documentos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação de programas, diagramas e especificações.
       2. A CONTRATADA deve, em conformidade com o parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 8.666/93, promover transição contratual e repassar para a CONTRATANTE e/ou para outra empresa por essa indicada todos os dados, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços.
       3. Com vistas a mitigar riscos de descontinuidade de serviços e de dependência técnica, a CONTRATADA deve habilitar equipe de técnicos da CONTRATANTE ou outra por ele indicada no uso das soluções desenvolvidas e implantadas no escopo do contrato, repassando todo o conhecimento necessário para tal.
       4. Será exigida da CONTRATADA a entrega de Relatório descritivo das atividades executadas em cada Ordem de Serviço, os estudos realizados, as configurações aplicadas, os resultados obtidos, os códigos-fonte implementados e demais informações de relevância para a CONTRATANTE.
       5. Todos os produtos gerados na vigência do contrato serão de propriedade da CONTRATANTE. Isso inclui todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação, tais como produtos de *software*, programas-fonte, classes e componentes, relatórios, diagramas, fluxogramas, modelos e arquivos. A regra está em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 8.666/93, com a Lei nº 9.609/98, que dispõe sobre propriedade intelectual de programa de computador e com a Lei nº 9.610/98, que dispõe sobre direito autoral, sendo vedada a comercialização, a qualquer título, destes por parte da CONTRATADA.
       6. A utilização de soluções ou componentes proprietários da CONTRATADA ou de terceiros na construção dos programas ou quaisquer produtos relacionados ao presente contrato, que possam afetar a propriedade do produto, deve ser formal e previamente autorizada pelo TCU.
    7. Substituição de profissional
       1. A CONTRATANTE poderá, com a devida justificativa, solicitar a substituição de profissional que esteja executando os serviços que são objeto desta licitação.
       2. Cabe à CONTRATADA proceder à devida substituição, respeitando a qualificação exigida no item 3.2 deste documento.
11. Cálculo dos Valores das Ordens de Serviço
    1. Cálculo do Valor Estimado das OS
       1. O Valor Estimado das OS deste contrato é obtido segundo a fórmula abaixo, onde: **qtdpf** significa a quantidade de Unidades de Serviço Técnico, definidos previamente no ato da abertura da Ordem de Serviço; e **valpf** significa o valor contratual vigente da Unidade de Serviço Técnico em reais.
    2. Cálculo do Valor Final das OS após aplicação do fator de cumprimento do nível de serviço.
       1. Para cada OS, com base nos indicadores de nível de serviço observados, será calculado o fator de cumprimento do nível de serviço, conforme especificado no Anexo III. O Valor Final a ser pago pela OS corresponderá ao Valor Estimado da OS, multiplicado pelo fator de cumprimento do nível de serviço (fcns).
12. Prova de conceito
    1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá executar, com sucesso, uma prova de conceito, relacionada ao uso da Plataforma SOLR.
    2. A prova de conceito será convocada pelo Pregoeiro e será realizada mediante prévio agendamento com a unidade técnica do TCU, pelo telefone (61) 3316-5981, em dias úteis, das 10 h às 17 h, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação do Pregoeiro. O prazo para início da realização da prova de conceito deverá ser de, no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados da data da convocação, tendo duração de 3 (três) dias úteis. A licitante que não agendar a realização da prova de conceito ou não a iniciar ou não a executar nos prazos estipulados terá sua proposta desclassificada.
    3. A licitante deverá indicar à unidade técnica responsável pelo agendamento da realização da prova de conceito os profissionais que a executarão, para que o TCU tenha tempo hábil de efetuar as devidas configurações de segurança necessárias à execução dessa atividade. O prazo para indicação dos profissionais é de até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o início da realização da prova de conceito. O número de profissionais está limitado a 5 (cinco). A licitante que não indicar os profissionais no prazo estipulado terá sua proposta desclassificada.
    4. A prova de conceito consistirá na realização de procedimentos para criação e carga de base de consulta textual, usando o ambiente disponibilizado pela CONTRATANTE contendo uma máquina virtual com sistema operacional Linux e com o SOLR e um ambiente de desenvolvimento Windows, tendo como origem os dados do Sistema de Monitoramento de aplicações do Tribunal de Contas da União, que atualmente estão armazenados em seu banco de dados corporativo relacional. A base criada e carregada na plataforma SOLR deverá atender aos seguintes requisitos:
13. Possibilitar a pesquisa nesta base através de uma interface de apresentação que utilize a tecnologia *velocity*;
14. Apresentar os resultados desta pesquisa com *facets*;
15. Possuir, para relevância, função de *boost* de documento;
16. Apresentar o resultado desta pesquisa com *highlight*;
17. Conter a funcionalidade “mais do mesmo” (more like this);
18. Conter a funcionalidade “você quis dizer” (spell checking);
19. Ordenar os resultados desta pesquisa de acordo com as regras da língua portuguesa.
    * 1. Os campos que serão usados para a implementação dos *facets*, do *boost* e da ordenação serão indicados pela equipe técnica do TCU. ”
    1. A equipe da licitante deve realizar os seus trabalhos nas dependências do TCU, em Brasília-DF. Cada profissional integrante da equipe deve assinar a DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES (ANEXO VII).
    2. O TCU disponibilizará informações adicionais a respeito da prova de conceito, por ocasião do seu agendamento. Serão disponibilizados, dentre outros, os requisitos funcionais e não funcionais e o modelo de entidade-relacionamento da fonte de dados usada.
    3. As demais licitantes podem indicar um representante para acompanhar a realização da prova de conceito.
    4. Encerrado o prazo de 3 (três) dias úteis, os resultados alcançados serão avaliados por equipe técnica do TCU. Caso os objetivos tenham sido atingidos, a prova de conceito será aprovada. Caso contrário, a prova de conceito será rejeitada e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda ao Edital. Serão utilizados os seguintes critérios para a avaliação dos resultados:
20. A interface de apresentação deve utilizar a tecnologia *velocity*, estar funcional, refletir os dados da base de consulta textual e fornecer recursos de visualização e interação com *facets*, *boost*, *highlight*, “mais do mesmo”, “você quis dizer” e ordenação;
21. Os termos encontrados e os termos pesquisados devem ser correspondentes;
22. Os campos de *facets* e suas respectivas quantidades devem ser apresentados corretamente;
23. Os filtros devem ser aplicados ao resultado da pesquisa corretamente ao se clicar em cada *facet*;
24. A função *boost* de documento (para relevância) deve ser aplicada corretamente;
25. A funcionalidade de *highlight* deve marcar os trechos encontrados nos documentos de forma precisa;
26. A funcionalidade “mais do mesmo” (more like this) deve apresentar os documentos semelhantes ao selecionado;
27. A funcionalidade “você quis dizer” (spell checking) deve sugerir termos próximos aos pesquisados quando a pesquisa retorna resultado vazio;
28. A ordenação dos resultados da pesquisa deve seguir as regras da língua portuguesa quando a ordenação for por ordem alfabética.
    1. O resultado do exame da prova de conceito será publicado via *chat* pelo Pregoeiro durante a sessão pública deste Pregão no sistema Comprasnet.

**ANEXO II – PRAZOS MÁXIMOS PARA CONTAGEM ESTIMATIVA, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM DIAS ÚTEIS)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tipo de OS** | **Prazo Máximo para Planejamento** | **Prazo Máximo para Início da Execução** | **Prazo Máximo de Execução** |
| **Serviços na plataforma SOLR** | 3 | 15 | D = T / 8 onde D = dias úteis T = tamanho em Unidades de Serviço Técnico |

# ANEXO III – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

Níveis Mínimos de Serviço para OS de desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicador** | **Incide sobre** | **Nível Mínimo de Serviço** | **Fórmula para Determinação do Impacto Por Não Cumprimento do NMS** | **Impacto Por Não Cumprimento (INC)** |
| **Tempestividade do Planejamento da OS** | Valor da OS | Conforme prazo para planejamento definido no Anexo II | Dias úteis de atraso na entrega do planejamento da OS | 0,5% por dia de atraso, limitado a 3%, o que equivale a 6 dias úteis de atraso |
| **Tempestividade da Entrega da OS** | Valor da OS | Conforme cronograma aprovado para a OS | Dias úteis de atraso na entrega da OS | 1% por dia de atraso, limitado a 20 %, o que equivale a 20 dias úteis de atraso |
| **Qualidade dos Serviços** | Valor da OS | OS sem rejeites (devolução para erros encontrados) | Número de rejeites da OS | 5% para cada rejeite, limitado a 20%, o que equivale a 4 rejeites (devoluções por erros encontrados) |

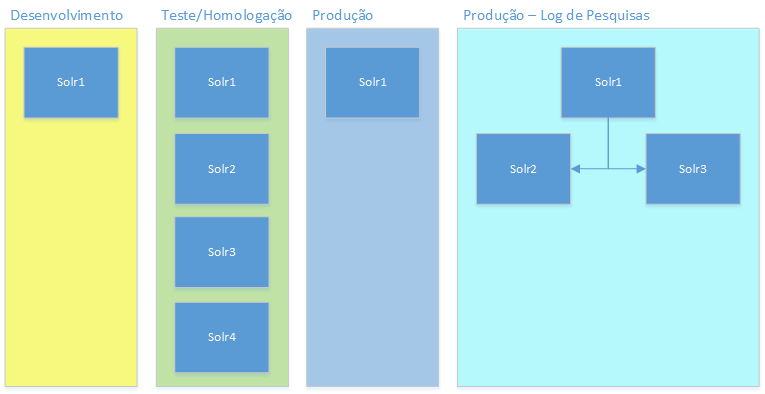
**Fórmula de cálculo do Fator de Cumprimento dos Níveis de Serviço (fcns):**

**fcns = (100 - ∑ INC)/100**

**Onde INC é o impacto por não cumprimento, segundo a tabela acima.**

# ANEXO IV – AMBIENTE COMPUTACIONAL

A ferramenta SOLR está instalada no TCU em 4 (quatro) ambientes: DESENVOLVIMENTO, TESTES/ HOMOLOGAÇÃO, PRODUÇÃO e PRODUÇÃO – LOG DE PESQUISAS, conforme ilustrado na imagem abaixo.

****

Em cada ambiente, a infraestrutura é formada principalmente por:

• Solr 4.10

• Versão do Java: Java (TM) SE Runtime Environment (build 1.7.0)

• Sistema operacional: CentOS release 6.5 (Final)

O ambiente de Teste/Homologação pode ser executado em SolrCloud ou não, dependendo da necessidade.

O ambiente de Produção – Log de Pesquisas é um SolrCloud de 3 (três) máquinas.

# ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico: n.o 24/2016

Empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço/Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unid.** | **Quant. Estimada**  **Anual** | **Valor Unitário**  **(R$)** | **Valor**  **Total**  **(R$)** |
| 1 | Desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR. | Unidade de Serviço Técnico - UST | 3.200 |  |  |

Observação:

- Emitir em papel que identifique a **licitante**.

# ANEXO VI – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES

**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NO TCU**

A empresa [***RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL***], pessoa jurídica com sede em [***ENDEREÇO***], inscrita no CNPJ/MF com o n.o [***N.o DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF***], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente EMPRESA CONTRATADA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Tribunal de Contas da União – TCU, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do TCU reveladas à EMPRESA CONTRATADA em razão da execução dos serviços objeto do contrato **N.º \_\_\_/20\_\_,** doravante denominado simplesmente CONTRATO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes naquele órgão durante a realização dos serviços.

2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.

3. A EMPRESA CONTRATADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do TCU, das informações restritas reveladas.

4. A EMPRESA CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados, representantes legais e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CONTRATO, as informações restritas reveladas.

5. A EMPRESA CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados, representantes legais e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao TCU, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

6. A EMPRESA CONTRATADA declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre seus colaboradores envolvidos na execução do CONTRATO a Política Corporativa de Segurança da Informação do TCU (PCSI/TCU) e normativos correlatos.

7. A EMPRESA CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, representantes legais, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo, conforme especificado no instrumento convocatório do processo licitatório que deu origem ao CONTRATO.

8. A EMPRESA CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao TCU qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

9. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do TCU, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o TCU e a EMPRESA CONTRATADA sem qualquer ônus para o TCU. Nesse caso, a EMPRESA CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo TCU, inclusive os de ordem moral, bem como os de responsabilidades civil e criminal respectivos, os quais serão apurados em regular processo judicial ou administrativo.

10. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do TCU.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a EMPRESA CONTRATADA assina o presente termo através de seus representantes legais.

Brasília, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

[***NOME DA EMPRESA CONTRATADA***]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF:

# ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES

**DECLARAÇÃO**

Por meio desta, o(a) Sr(a) [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado, representante legal, ou preposto], CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ocupante do cargo [cargo que ocupa] na empresa [Nome (Razão Social) da empresa], CNPJ [número do CNPJ da empresa], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento e aceitar todas as condições e as obrigações constantes do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NO TCU, emitido por aquela empresa por ocasião da assinatura do contrato N.o \_\_\_\_\_\_/20\_\_, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

# ANEXO VIII – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

**Atestado (ou declaração) de capacidade técnica**

Atestamos (ou declaramos) que a empresa [razão social da CONTRATADA], inscrita no CNPJ (MF) sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede à [endereço completo da CONTRATADA], mantém (ou manteve) com esta empresa (ou órgão) contrato de serviços de desenvolvimento e manutenção de aplicações usando a Plataforma SOLR, tendo prestado serviços **de forma satisfatória** em bases textuais de \_\_\_\_\_\_\_\_ registros e média de \_\_\_\_\_\_ acessos mensais, tendo sido assinado o contrato em \_\_/\_\_/\_\_\_\_, no valor de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Nome do Emissor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cargo do Emissor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefone para Contato: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Período de Realização dos Serviços: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Este atestado *(ou declaração)* deverá ser emitido em papel que identifique o órgão *(ou empresa)* emissor.

# ANEXO IX – TABELA DE UST – UNIDADE DE SERVIÇO TÉCNICO PARA PLATAFORMA SOLR

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição** | **Quantidade** |
| Alteração de uma base com inclusão de novos campos: alteração de código de extração e configurações |  |
| a.  Até 5 campos | 20 |
| b.  Entre 5 e 10 campos | 40 |
| c.   Acima de 10 campos | 60 |
| Regeração de índice de uma base textual | 6 |
| Configurações de *facets* para uma base, no que se refere a alterações em configurações. | 10 para até 3 facets + 1 por facet adicional |
| Construção de dicionário de sinônimos com base em estudo dos dados de uma base. | 40 |
| Construção de função de *boost* de documento (p/ relevância). | 40 |
| Construção de novo *parser* de expressão de pesquisa com operadores em língua portuguesa (10 operadores) | 80 |
| Construção e implantação de solução de *crawler* de *file system* para o Solr. | 40 |
| Construção e implantação de solução de *crawler* de portais (Web) para o Solr. | 80 |
| Criação de nova base (*collection*): construção de código de extração da base original, “autocomplete”, “highlight”, “more like this” e configurações. |  |
| a.  Até 20 campos | 80 |
| b.  Entre 20 e 40 campos | 120 |
| c.   Acima de 40 campos | 160 |
| Definição de estratégia de integração do Solr com base de vocabulário como, por exemplo, o Vocabulário do Controle Externo do TCU. | 30 |
| Definição de estratégia de log de expressões de pesquisas utilizadas no Solr. | 30 |
| Estudo e definição de estratégias e arquitetura para uso de SolrCloud, com foco em balanceamento de carga e disponibilidade do dado. | 60 |
| Implementação de API para disponibilização de serviço de pesquisa Solr para utilização por diversos dispositivos. | 60 |
| Implementação de características geoespaciais em uma base, para utilização em pesquisa de localidades. | 40 |
| Implementação de feature “autocomplete” (*suggestion*) para uma base, no que se refere a alterações em configurações. | 30 |
| Implementação de feature “highlight” para uma base, no que se refere a alterações em configurações. | 20 |
| Implementação de feature “more like this” para uma base, no que se refere a alterações em configurações. | 30 |
| Implementação de feature “pesquisa fonética” para uma base, no que se refere a alterações em configurações. | 30 |
| Implementação de feature “você quis dizer” (*spell checking*) para uma base, no que se refere a alterações em configurações e índices. | 30 |
| Implementação do log de expressões de pesquisas, conforme estratégia definida. | 60 |
| Implementar atualização *on-line* e atômica de índice. | 40 |
| Um ciclo de estudo, definição e implementação de estratégias de performance para uma base. (Até 3 estratégias)  (Por *estratégias de performance* entendam-se aquelas voltadas para a melhoria da eficiência da pesquisa em termos de velocidade de resposta e uso dos recursos do servidor de busca, entre outros critérios de otimização.) | 80 |
| Um ciclo de estudo, definição e implementação de estratégias de recuperação de dados e relevância para uma base. (Até 3 estratégias de relevância)  (Por estratégias de relevância entendam-se aquelas voltadas para a melhoria da eficácia da pesquisa do ponto de vista do usuário final, como forma de tokenização, regras de relevância, etc.) | 80 |
| Um ciclo de pesquisa, estudo e prova de conceito de um plug-in ou biblioteca de software indicada pelo TCU. | 80 |
| Um ciclo de integracão de Solr com *Spark* para indexação de altos volumes de dados (*CrunchIndexer*) | 80 |
| Um ciclo de integração de Solr com *Spark* com código personalizado para indexação de altos volumes | 80 |
| Um ciclo de integração de Solr com Cassandra para armazenamento NoSQL | 80 |
| Um ciclo de integração de Solr com HBase para armazenamento NoSQL | 80 |
| Criar Banana *Dashboard* para *analytics* e inteligência de um índice Solr | 120 |
| Processamento de Logs e Eventos com Logstash para o Solr | 5 |

# ANEXO X – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LogoTcu** | **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** | **ORDEM DE SERVIÇO** |
| Contrato nº xx/xxxx |
| OS-xxxx-xxx |

1. ***DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS/PRODUTOS***

|  |
| --- |
|  |

1. ***PRAZO PARA EXECUÇÃO***

|  |  |
| --- | --- |
| Data de Início | Data de Término |
| XX/XX/XXXX | XX/XX/XXXX |

1. ***SERVIÇOS/PRODUTOS EXIGIDOS***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Item | Descrição do serviço/produto | Número de UST |
| 1 |  |  |
| 2 |  |  |
| 3 |  |  |
| 4 |  |  |
| 5 |  |  |
| 6 |  |  |
| 7 |  |  |
| 8 |  |  |
| 9 |  |  |
| 10 |  |  |

1. ***SERVIÇOS/PRODUTOS NÃO EXIGIDOS***

|  |  |
| --- | --- |
| Item | Descrição do serviço/produto |
| 1 |  |
| 2 |  |

1. ***CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS/PRODUTOS***

|  |
| --- |
|  |

1. ***CUSTOS***

Total de UST:

Valor da UST:

Total da Ordem de Serviço: R$

1. ***ANEXOS***

|  |  |
| --- | --- |
| Documento | Identificação |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

Brasília, xx de XXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF Representante do TCU

Especialista da CONTRATADA.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |

**ANEXO XI – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

**Natureza:** Administrativo

**Assunto:** Termo de recebimento provisório

**Termo de Recebimento Provisório**

**Ordem de Serviço XXX/XXXX**

1. O presente documento foi elaborado com o propósito de dar recebimento provisório à **Ordem de Serviço XXX/XXXX**, referente a **XX (por extenso) Unidades de Serviço Técnico** do total descrito no item XXX do Contrato n° XX de XXXX, firmado em XX/XX/XXXX, entre o Tribunal de Contas da União e a empresa XXX.
2. Atesta-se, por meio deste, que o serviço e a documentação de referência foram integralmente entregues nas datas combinadas, conforme relação abaixo:

***SERVIÇOS/PRODUTOS ENTREGUES***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Item | Descrição do serviço/produto | Número de UST |
| 1 |  |  |
| 2 |  |  |
| 3 |  |  |
| 4 |  |  |
| 5 |  |  |
| 6 |  |  |
| 7 |  |  |
| 8 |  |  |
| 9 |  |  |
| 10 |  |  |

Brasília, XX de XXXXX de XXXX.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CPF  Especialista da CONTRATADA |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Fiscalização do Contrato  TCU |

# ANEXO XII – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

**Natureza:** Administrativo

**Assunto:** Termo de recebimento definitivo

**Termo de Recebimento Definitivo**

**Ordem de Serviço XXX/XXXX**

1. O presente documento foi elaborado com o propósito de dar recebimento definitivo à **Ordem de Serviço XXX/XXXX**, referente a **XXX (por extenso)** **Unidades de Serviço Técnico** do item X do Contrato n° XX de XXXX, firmado em XX/XX/X, entre o Tribunal de Contas da União e a empresa XXXX.
2. O serviço foi prestado nas datas pactuadas e a documentação de referência entregue dentro do prazo, conforme atesta o Termo de Recebimento Provisório. A relação de serviços/produtos entregues está listada abaixo:

***SERVIÇOS/PRODUTOS ENTREGUES***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Item | Descrição do serviço/produto | Número de UST |
| 1 |  |  |
| 2 |  |  |
| 3 |  |  |
| 4 |  |  |
| 5 |  |  |
| 6 |  |  |
| 7 |  |  |
| 8 |  |  |
| 9 |  |  |
| 10 |  |  |

1. Foram apurados os seguintes níveis de serviço, para efeito de cálculo do valor a ser pago:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Indicador** | **Nível Mínimo de Serviço** | **Fórmula para Determinação do Impacto Por Não Cumprimento do NMS** | **Impacto apurado (%)** |
| **Tempestividade do Planejamento da OS** |  | Dias úteis de atraso na entrega do planejamento da OS |  |
| **Tempestividade da Entrega da OS** |  | Dias úteis de atraso na entrega da OS |  |
| **Qualidade dos Serviços** |  | Número de rejeites da OS |  |

1. Diante do exposto, e após análise da qualidade do serviço prestado, pelo presente termo, se consideram definitivamente recebidos todos os produtos e serviços listados acima.

Brasília, XX de XXXX de XXXX.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CPF  Especialista da Contratada |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Representante do TCU | |  |  |  | |  |  |  |  |

**ANEXO XIII – MINUTA DO CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO N.º \_\_\_\_\_\_\_ /20\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E \_\_\_\_\_\_\_ PARA** **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO EVOLUTIVA, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PERFORMANCE, CUSTOMIZAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TESTES E IMPLANTAÇÃO DE SOLUCÇÕES NA PALTAFORMA SOLR.**

**CONTRATANTE**: A União, por intermédio do Tribunal de Contas da União[/se for o caso, indicar também o nome da Unidade Técnica], com sede no [inserir endereço completo], inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 00.414.607/\_\_\_\_-\_\_, representado pelo seu[inserir função da autoridade competente], Senhor(a) [inserir nome do titular ou substituto], de acordo com a [delegação/subdelegação]de competência contida no inciso \_\_\_\_\_ do art. \_\_\_\_\_\_ da Portaria da [Presidência ou Segedam] n.º \_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_.

**CONTRATADA**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_\_\_ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no TC n.º 028.669/2015-0 (Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a prestação dos serviços de desenvolvimento, manutenção evolutiva, manutenção corretiva, performance, customização, parametrização, testes e implantação de soluções na plataforma SOLR, conforme apresentado e detalhado nas especificações técnicas e condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e demais anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/20\_\_.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

1. O valor total anual estimado deste contrato é de R$ \_\_\_\_(\_\_\_), conforme proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/20\_\_.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da **Natureza da Despesa** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, da **Atividade** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

1. A CONTRATANTE convocará a reunião inicial para alinhamento de expectativas contratuais, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do contrato, conforme condições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/20\_\_.

2. Para execução do objeto deste contrato deverão ser observados os prazos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/20\_\_.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

2. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante apostilamento, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

2.1. Prestação regular dos serviços;

2.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;

2.3. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;

2.4. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração; e

2.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

1. Os serviços prestados no âmbito da execução deste contrato contarão com garantia de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão do respectivo termo de recebimento definitivo.

2. Caso seja detectado erro em código ainda em garantia pela CONTRATADA, cabe a esta a correção, sem custos para a CONTRATANTE.

2.1. A CONTRATANTE demandará a correção via abertura de incidente para manutenção corretiva, no formato e pelo método de atendimento acordados na reunião inicial de que trata a cláusula quarta deste contrato.

2.2. A correção definitiva deve ser implantada no ambiente do TCU em até 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação do incidente.

2.3. Atraso superior a 10 (dez) dias úteis pode configurar inexecução parcial do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data que a CONTRATADA recebeu a sua via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

1.1.1. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do Tribunal de Contas da União.

1.2. seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”; ou

1.3. fiança bancária, observado o modelo do Anexo XIV do Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_.

2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

3.1. O bloqueio efetuado com base no item 3 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

3.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 3 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_, deve:

2.1. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

2.2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

2.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

2.4. responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

2.5. respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

3.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

3.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

3.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

4. A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_, deve:

4.1. expedir as Ordens de Serviço;

4.2. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;

4.3. receber o objeto, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

4.4. solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

1. Todo produto entregue pela CONTRATADA no contexto da execução de uma Ordem de Serviço – OS será submetido à avaliação da CONTRATANTE.

2. A ocorrência de defeitos que comprometam o entendimento ou funcionamento do produto ou que configurem não observância de modelos e padrões técnicos especificados no Anexo I – Termo de Referência e demais anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_ implicará no seu rejeite.

3. Apenas produtos sem identificação de defeitos serão considerados aceitos.

4. Embora deva apontar erros ou defeitos que levaram ao rejeite, a CONTRATANTE não tem a obrigação de indicar todos os erros ou defeitos dos produtos que foram entregues, cabendo à CONTRATADA efetuar os testes e revisões de qualidade nos produtos antes da entrega.

5. Após a entrega de todos os produtos, a CONTRATADA deverá elaborar minuta do Termo de Recebimento Provisório contendo a relação de produtos entregues.

6. Após comprovação da entrega dos produtos relacionados, a fiscalização confeccionará e assinará o Termo de Recebimento Provisório a partir da minuta fornecida pela CONTRATADA.

7. Caso algum produto seja rejeitado, o resultado da avaliação será comunicado à CONTRATADA por meio de laudos de avaliação de produtos, onde serão registrados os defeitos encontrados.

8. Em caso de rejeite de produto, a CONTRATADA deverá fazer as correções cabíveis e reapresentar o produto.

9. O tempo consumido com correção de produtos rejeitados deve compor o tempo total de execução dos serviços para fins de aferição do prazo de execução da OS.

10. O tempo consumido nas avaliações de produtos pelo TCU não deve ser computado para fins de aferição do nível de serviço.

11. A CONTRATADA deverá elaborar minuta do Termo de Recebimento Definitivo da OS, conforme modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE.

12. Após o recebimento da minuta do Termo de Recebimento Definitivo da OS e recebimento de todos os produtos, a CONTRATANTE assinará o Termo de Recebimento Definitivo contendo o Valor Final da OS e formalizando o seu recebimento.

13. O Valor Final da OS é calculado segundo fórmula apresentada no item 5 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) titular da Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação – STI ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

2. A atestação de conformidade da prestação dos serviços cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

1. O preço unitário dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante no Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_ ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

**1.1. Fórmula de cálculo:**

R = (I - I0) . P

I0

Onde:

1. Para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I0 = índice relativo ao mês da data limite para a apresentação da proposta;

P = preços unitários/saldo contratual na data de aquisição do direito ao reajuste.

1. Para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I0 = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preços unitários/saldo contratual na nova data de aquisição do direito ao reajuste.

2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 1 desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_/20\_\_, constante do processo TC - 028.669/2015-0, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. O pagamento à CONTRATADA será mensal e terá por base as OS com recebimento definitivo dentro do período de aferição.

1.1. O período de aferição corresponde ao intervalo entre o 1º e o último dia do mês.

2. Mensalmente, após o encerramento do período de aferição, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato o relatório de mensal de faturamento, até o 5° dia útil do mês subsequente.

3. A CONTRATANTE tem prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento, para analisar e aprovar o relatório de mensal de faturamento entregue pela CONTRATADA, bem como verificar o nível de serviço alcançado na execução das OS.

4. No caso de divergência nos valores apresentados no relatório, a fiscalização do contrato discutirá com a CONTRATADA as correções necessárias e solicitará emissão de novo relatório de mensal de faturamento.

4.1. A cada reapresentação do relatório a CONTRATANTE terá novo prazo de até 10 (dez) dias úteis para analisá-lo.

5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida após aprovação do relatório mensal de faturamento por parte da CONTRATANTE e deverá conter apenas os serviços efetivamente concluídos e recebidos definitivamente pelo Tribunal.

5.1. O ateste da nota fiscal/fatura, para efeito de pagamento somente será feito após confrontação dos dados constantes da nota fiscal/fatura com os do referido relatório.

6. A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do documento fiscal correspondente.

7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

8. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.1. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item 9, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

10. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

11. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

1.1. apresentar documentação falsa;

1.2. fraudar a execução do contrato;

1.3. comportar-se de modo inidôneo;

1.4. cometer fraude fiscal; ou

1.5. fizer declaração falsa.

2. Para os fins do item 1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4” e “5” abaixo, com as seguintes penalidades:

3.1. advertência;

3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Contas da União (TCU), por prazo não superior a dois anos;

3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

4. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas nas seguintes condições:

5.1. 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução parcial do objeto do contrato;

5.2. 10 % (dez por cento) do valor final da Ordem de Serviço, caso haja rejeição de abertura de Ordem de Serviço, expressamente manifestada pela CONTRATADA, podendo configurar, ainda, inexecução parcial do contrato;

5.3. 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia útil de atraso na comprovação dos requisitos de qualificação técnica de algum perfil profissional elencado no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_, limitada a 5% (cinco por cento).

5.3.1. Atraso que resulte em multa superior a 5% (cinco por cento) do valor do contrato pode configurar inexecução parcial do contrato.

5.4. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, no caso de execução dos serviços objeto dessa contratação com média de fator de cumprimento do nível de serviço (fcns) inferior a 0,8 (oito décimos) em 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses não consecutivos no intervalo de 12 (doze) meses, considerando-se para o cálculo as Ordens de Serviço entregues nesses períodos.

5.5. 15% (quinze por cento) do valor da OS por atraso na entrega da Ordem de Serviço excedente a 20 (vinte) dias úteis, quando então a OS será automaticamente cancelada nos termos do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/20\_\_.

5.5.1. O dia em que a Ordem de Serviço é finalizada também se conta como dia de atraso.

5.5.2. No caso de aplicação da multa do item 5.5 não será aplicado o desconto derivado do Impacto Por Não Cumprimento (INC) previsto no Anexo III – Níveis Mínimos de Serviço.

5.6. 5% (cinco por cento) do valor da OS por atraso na entrega do planejamento da Ordem de Serviço excedente a 6 (seis) dias úteis, quando então a OS será automaticamente cancelada nos termos do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/20\_\_.

5.6.1. O dia em que o planejamento da Ordem de Serviço é entregue também se conta como dia de atraso.

5.6.2. No caso de aplicação da multa do item 5.6 não será aplicado o desconto derivado do Impacto Por Não Cumprimento (INC) previsto no Anexo III – Níveis Mínimos de Serviço.

5.7. 15% (quinze por cento) do valor da OS, caso o número de rejeites da Ordem de Serviço exceda a 4 (quatro), quando então a OS será automaticamente cancelada nos termos do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/20\_\_.

5.7.1. No caso de aplicação da multa do item 5.7 não será aplicado o desconto derivado do Impacto Por Não Cumprimento (INC) previsto no Anexo III – Níveis Mínimos de Serviço.

5.8. 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato por descumprimento de obrigações previstas no contrato e não elencadas nesta cláusula.

6. Num período de 12 (doze) meses, o cancelamento de três Ordens de Serviço por atraso pode configurar inexecução parcial do contrato.

7. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

7.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

7.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

7.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

8. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Brasília - DF, em [data].

### TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**[Nome da autoridade competente]**

**[inserir nome do cargo]**

**CONTRATADA**

**Representante**

Procurador/cargo

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME: NOME:

CPF: CPF:

RG: RG:

**ANEXO XIV – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

1. Pela presente, o (a) (nome da instituição fiadora) com sede em (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em (endereço completo), até o limite de R$ (valor da garantia) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº (número do contrato, formato xx/ano), decorrente do processo licitatório (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e o Tribunal de Contas da União para (objeto da licitação).

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO À CONTRATADA;

c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) dias, contados a partir de (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em (data).

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Tribunal de Contas da União.

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Tribunal de Contas da União.

7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de o Tribunal de Contas da União se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Tribunal de Contas da União qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)